



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE (CEDCA/SC)**

Lei Estadual N.º 12.536, de 19/12/02; Decreto Regimento Interno N.º 802, de 12/04/96  
Avenida Mauro Ramos, 722 – Centro – Florianópolis – SC –  
CEP: 88020-300 – (48) 3664-0795

4  
5

6

7

8

**ATA DA PLENÁRIA DE JULHO DE 2017**

9 Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e dezessete, o Conselho Estadual dos  
10 Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (CEDCA/SC) reuniu-se  
11 em Assembleia Ordinária, na sala de reuniões Darcy Ribeiro da SST, às  
12 13h30min, com a presença dos seguintes Conselheiros: os Governamentais -  
13 Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR: Laenio Pescador,  
14 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST: Karina  
15 Gonçalves Euzébio, Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC: Adriana Polli da  
16 Silva, Secretaria da Educação – SED: Viviane Silva da Rosa, Secretaria de  
17 Estado da Justiça e Cidadania – SJC: Cristiane Éller, Secretaria de Estado da  
18 Saúde – SES: Maria Aparecida Pires, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e  
19 Esporte – SOL: Suplente - Juliano Ricardo Zimmermann; e os Não  
20 Governamentais - Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT:  
21 Graziela C. Luiz Damacena Gabriel, Associação de Atendimento à Criança e ao  
22 Adolescente – COMBEMTU: Janine Cristini Koenig de Lima, Associação  
23 Espaço Alternativo – AEA: Rafael Régis Wilson, Bairro da Juventude dos  
24 Padres Rogacionistas: Jaime Rodolfo Navarro Soto, Comunidade Terapêutica  
25 Casa da Restauração - CTCR: Jorge Leandro Medeiros, Fórum Catarinense Pelo  
26 Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto Juvenil: Lizandra Vaz Salvadori,  
27 Instituto Paternidade Responsável - IPR: Rita Lang, Organização Casa dos  
28 Sonhos – OCS: Roberto César dos Santos Luiz e Organização Mundial de  
29 Educação Pré - Escolar - OMEP-BR-SC: Titular - Elaine Paes e Lima. Também  
30 estiveram presentes: Centro Cultural Escrava Anastácia - CCEA: Isabella  
31 Medeiros Laureano, Júlia Kretzer Panizzon, Mateus Alves dos Santos e Victória  
32 Lugres Meier (efetivando o protagonismo infantojuvenil neste Conselho  
33 Estadual), Diretora de Direitos Humanos – DIDH: Maria Elisa de Caro,  
34 Presidente do Conselho Estadual da População Afrodescendentes – CEPA: José  
35 E. Ribeiro, Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS: Ismael de  
36 Córdova (Diretor de Assistência Social - DIAS). Iniciando os trabalhos, a  
37 Coordenadora Adjunta esclarece aos Conselheiros presentes, que assumiu a  
38 coordenação da plenária, uma vez que a Coordenadora Geral Arlene Sousa da  
39 Silva Villela, estava representando este Conselho Estadual no MPSC. Abrindo  
40 os trabalhos, a Coordenadora Adjunta apresentou a pauta que, colocada em  
41 votação, foi aprovada por unanimidade. Esta justifica que a ata de junho será  
42 colocada em votação na plenária de agosto, pois o excesso demanda da  
43 secretária executiva impossibilitou-a de elaborar em tempo para votação neste  
44 momento. Justificativas de ausência: A Secretária Executiva Lidia Vargas  
45 Peixer, apresentou a relação das instituições que enviaram justificativa de  
46 ausência via e-mail: SSP (excesso de demanda profissional), SSP (representando

47 o CEDCA em eventos). Demais Instituições não justificaram ausência ou não a  
48 fizeram por escrito. **Informes:** retornos dos eventos onde as conselheiras  
49 representaram o CEDCA: 1) A Conselheira Elaine e a Secretária Executiva  
50 participaram de reunião com o CMDCA de Bombinhas que acionou este  
51 Conselho com o intuito de discutir sobre o funcionamento do Conselho  
52 Municipal, bem como alinhar o funcionamento deste. A Conselheira Elaine  
53 justifica a participação da secretária executiva nas atividades externas do  
54 CEDCA, destacando que esta é articuladora política dentro do Conselho e deve  
55 estar por dentro de toda temática, pois é ela que atende às solicitações do  
56 público e realiza os encaminhamentos necessários. O CMDCA de Bombinhas  
57 solicitou orientações ao CEDCA sobre a composição de um novo colegiado do  
58 Conselho Municipal, entre outras temáticas, considerando que o fortalecimento  
59 dos CMDCA's é uma das metas deste Conselho Estadual. A Conselheira Elaine  
60 destaca ainda que, estas visitas aos CMDCA's, reforçam o cumprimento de uma  
61 das metas deste Conselho, ou seja, o fortalecimento dos Conselhos Municipais  
62 que anseiam por informações concretas sobre a real funcionalidade destes. 2)  
63 Encontro em Nova Veneza: A Conselheira Graziela manifesta sua preocupação  
64 acerca do despreparo dos Conselheiros Tutelares (falta leitura do ECA e demais  
65 legislações pertinentes às atribuições dos CTS), bem como dos CMDCA's, além  
66 das ingerências do poder judiciário, da polícia civil e dos gestores municipais  
67 com relação ao real papel dos CTs através de intervenções ditadoras, o que está  
68 dificultando a efetivação dos trabalhos dos Conselhos Tutelares nos municípios.  
69 Sendo assim, a Conselheira Elaine sugere que a diretora de direitos humanos,  
70 Maria Elisa, agende reunião com o Ministério Público do Estado – MPSC, o  
71 Tribunal de Justiça – TJSC e com a delegada Patrícia, da Polícia Civil, sendo  
72 aprovada esta proposição. Destacou ainda que, o documento enviado aos CTs  
73 pela FECAM com o nome do CEDCA/SC, em 2016, intitulado “Orientações –  
74 Conselho Tutelar” dava suporte somente aos prefeitos desvirtuando as reais  
75 atribuições dos CTs, provocando atrito entre os CTs e este Conselho Estadual,  
76 onde os Conselheiros Tutelares enviaram, via email, inúmeras notas de repúdio  
77 e ainda invadiam a plenária do CEDCA/SC do mês de agosto de 2016. Diante  
78 disso, o CEDCA/SC se comprometeu com os CTs em elaborar um documento  
79 (Resolução) ouvindo-os durante os eventos que aconteceram (encontros  
80 regionais, Congressul, etc) para, posteriormente, normatizar o funcionamento  
81 dos Conselhos e Conselheiros Tutelares sob a luz das resoluções do  
82 CONANDA, da ouvida dos CTs e do ECA - Estatuto da Criança e do  
83 Adolescente., sendo que o CEDCA/SC é que estabelece a política da criança e  
84 do adolescente. 3) CONGRESSUL: Discussão sobre a possibilidade de  
85 disponibilização de diária aos Conselheiros Estaduais que participarem deste  
86 evento: Janine, Jaime, Rosane, Antonio, Roberto, Rafael e Jorge, sendo  
87 aprovada também esta proposição. A Conselheira Graziela relatou que a  
88 prefeitura de Blumenau está apoiando o Congressul que é uma ação da ACCT,  
89 também o CEDCA apóia custeando todo o material (blocos, canetas, pastinhas e  
90 crachás) com recursos do FIA, bem como fazendo parte da comissão de

91 organização deste importante evento. O Conselheiro Roberto questiona sobre o  
92 marketing deste evento e das demais ações do CEDCA/SC, divulgando-as para  
93 dar maior visibilidade às deliberações deste Conselho Estadual, através de  
94 estratégias que envolvam o Conselho e toda a sociedade em geral. Sendo assim,  
95 após discussões, foi deliberado que o Conselheiro Roberto apresentará na  
96 próxima plenária, um plano de mídia para divulgar o CEDCA/SC. 4) 13 de  
97 julho: A conselheira Lizandra relata sobre o evento “conversas cruzadas” da  
98 CBN Diários, tendo a mesa composta por esta conselheira, representantes da  
99 OAB (criança), e CEIJ, onde discutiram sobre “os avanços e desafios do ECA”  
100 (o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda é desconhecido), avanços na  
101 legislação par infância e adolescência, assim sendo, esta propõe que o  
102 CEDCA/SC realize eventos com a juventude para estudar e discutir sobre as  
103 ações efetivas de debate e conversas sobre o ECA. 5) O Diretor da Diretoria de  
104 Assistência Social – DIAS/SST, senhor Ismael Córdova, presente na plenária  
105 relata que, considerando que o CEDCA/SC e o Conselho Estadual de  
106 Assistência Social – CEAS terem pauta em comum, este se empenhará em  
107 participar ativamente das plenárias deste Conselho Estadual. Ismael relatou que,  
108 participou de um evento no dia de ontem, onde recebeu o Relatório Social das  
109 organizações da sociedade civil que compõem a REDE IVG - Instituto Padre  
110 Vilson Groh que é uma associação sem fins lucrativos, que se articula em rede  
111 com sete organizações, formando a REDE IVG, atuando nas periferias da  
112 Grande Florianópolis. O IVG existe para facilitar e potencializar o trabalho da  
113 REDE IVG, criando sinergia entre as ações e gerando aprendizagem. Além de  
114 ser um espaço de articulação política onde se discutem os problemas sociais da  
115 região, propõe soluções e influencia na formulação de políticas públicas.  
116 Realiza, também, assessoria institucional, formações pedagógicas e de gestão e  
117 mobilização de recursos. Destacou ainda que foi cobrado, enquanto poder  
118 público, para realizar ações práticas de atendimento às vulnerabilidades das  
119 periferias da cidade e do Estado. Salientou que, na página 62 deste documento,  
120 está em destaque a diferença do custo em atividades de prevenção no  
121 investimento à convivência e fortalecimento de vínculos que é bem menor  
122 comparando com os custos excessivos com ações referentes ao sistema penal e  
123 atendimento aos adolescentes em conflito com a lei em semiliberdade e em meio  
124 fechado. 6) Plano de ação CEAS 2018: A Conselheira Karina informou sobre a  
125 aprovação do Plano de Ação do CEAS, durante a plenária dos CEAS em que a  
126 coordenadora do CEDCA, Arlene, esteve presente, com um total de  
127 R\$683.000,00 do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para ações do  
128 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que é vinculado à  
129 Gerência de Proteção Especial – GEPES/DIAS. 7) Programa “Criança Feliz”:  
130 Ismael, que assumiu há pouco tempo a presidência do Conselho Estadual de  
131 Assistência Social, desabafou sobre o CEDCA/SC não ter sido chamado para a  
132 discussão sobre este programa que foi lançado em outubro de 2016, destacando  
133 que existem muitas divergências no formato deste programa, especialmente na  
134 assistência social, em que muitas das ações e serviços propostos, já são

135 executados pelos equipamentos nos municípios: CRAS/CREAS/PAIF. Informou  
136 que, desde dezembro de 2016 que essa discussão está sem encaminhamentos  
137 pelo CEAS que se manifestou contra a implementação deste programa no  
138 Estado, e mantém esta posição que mesmo com a vinda do MDS vista as  
139 questões técnicas ainda indefinidas, alegando que o valor da contrapartida dos  
140 municípios é muito maior, comparando ao investimento federal que é  
141 insuficiente, entre outros pontos negativos. A Conselheira Elaine defende o  
142 programa “Criança Feliz” salientando que é uma militância de mais de 20 anos  
143 da OMEP, pois vem paralelo ao Marco Legal para Primeira Infância que  
144 modifica 19 artigos do ECA em favor das crianças de 0 a 06 anos de idade,  
145 destacando as conquistas, os avanços e os desafios. 8) GT para elaboração do  
146 Plano Estadual de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra: o  
147 presidente do Conselho Estadual das Populações Afro descendentes de Santa  
148 Catarina - CEPA/SC, explicou que recebeu da Comissão parlamentar de  
149 Inquérito a indicação de formação de um Grupo de Trabalho para elaboração  
150 deste plano. Este solicita ao CEDCA que indiquem instituições da sociedade  
151 civil para comporem este GT e realizarem reuniões ampliadas e dar início às  
152 discussões dessa temática. 9) A Conselheira Janine explica à plenária sobre a  
153 dificuldade que está encontrando para prestar contas da instituição  
154 COMBEMTU que recebeu recursos do FIA/SC para desenvolver um projeto,  
155 pois o aditivo solicitado pela instituição foi depositado em data posterior a  
156 utilização do recurso, e reclama de falta de informações do setor responsável da  
157 SST (GECON) que, na ocasião não informou corretamente sobre os trâmites  
158 legais. A Conselheira Elaine sugeriu que as instituições apresentem estas  
159 dificuldades para o CEDCA em plenária para que possa articular junto ao  
160 gabinete da SST a solução para estes problemas, pois se o CEDCA não tem  
161 conhecimento destas pendências não poderá colaborar. 10) Comitê Gestor do  
162 SIPIA CT: A Conselheira Elaine informou que a formação que estava prevista  
163 para acontecer no final de julho foi reagendada para os dias 24, 25 e 26 de  
164 outubro de 2017, com a presença do senhor Antonio Claudio Lima da Silva do  
165 CONANDA (autor da nova versão do SIPIA CT), bem como, destaca a posição  
166 do CEDCA sobre a suspensão de qualquer formação sobre o SIPIA CT em  
167 Santa Catarina, pela versão atual, pois esta será alterada em novembro de 2017  
168 para a nova versão. Sendo assim, o CEDCA já oficiou a FECAM, suspendendo  
169 toda e qualquer formação sobre este sistema. A Conselheira informa que os  
170 Ministérios Públicos locais estão cobrando a instalação do SIPIA SINASE nos  
171 equipamentos dos municípios também como forma de obter dados estatísticos de  
172 atendimento. Momento das COMISSÕES: Comissão Intersetorial – O pregão  
173 para contratação da empresa que prestará assessoria na elaboração dos planos  
174 decenais aconteceu no dia 17 de julho, sendo que duas empresas se inscreveram,  
175 sendo assim, de posse do material de ambas as empresas, a Comissão de  
176 Monitoramento analisará toda a documentação que habilitará a empresa na  
177 prestação do serviço estabelecido pelo CEDCA/SC. Esta comissão deliberou na  
178 reunião de ontem sobre chamar as secretarias de Estado para apresentarem os

179 dados referentes às políticas sociais para criança e adolescentes, sendo que a  
180 reunião acontecerá na manhã da plenária. Já ficaram agendadas duas  
181 apresentações: em agosto a Secretaria de Educação e Fundação Catarinense de  
182 Educação Especial, e em setembro será a vez da Secretaria da Saúde. Comissão  
183 de Normas e de Orçamento e Finanças – A Conselheira Adriana informou que  
184 as duas comissões estão adaptando o edital de chamada pública para projetos  
185 sociais dentro da Lei 13.019, bem como, por indicação da Diretora de Direitos  
186 Humanos, as comissões buscaram assessoria da servidora da  
187 SJC/Socioeducativo, senhora Neylen Junckes, para justificar o objeto do edital.  
188 Nada mais havendo a tratar, a sessão plenária foi encerrada pela Coordenadora,  
189 que agradeceu a presença de todos, ressaltando que o Conselho, tem  
190 desempenhado muito bem o seu papel de deliberador das Políticas Sociais  
191 Públicas, em prol das Crianças e Adolescentes de Santa Catarina. Eu, Lidia  
192 Vargas Peixer, Secretária Executiva do CEDCA/SC, lavrei esta Ata que será  
193 aprovada e assinada pelos presentes.